



Zero-a-Seis

UM ALERTA FEMINISTA PARA A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS PEQUENAS: CONTRA OS "RACHISMOS" NA INFÂNCIA

A feminist alert for the young children education: against "rachismo" in childhood

Vivian Colella **ESTEVES**

Faculdade de Educação
Universidade Estadual de Campinas
Campinas, Brasil

viviancolella92@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2199-2227>

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●



SILVA, Adriana Alves; FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (Orgs.). **"Isso aí é rachismo!"** Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas: transformações emancipatórias para pedagogias descolonizadoras. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. 257p. ISBN 978-85-7993-722-4

RESUMO

O livro organizado por Adriana Alves Silva, Ana Lúcia Goulart de Faria e Daniela Finco, reúne pesquisas que dão visibilidade à luta feminista e ao processo de descolonização na primeira etapa da educação básica, fazendo a interlocução dos Estudos de Gênero e dos Feminismos interseccionados com as questões da Educação Infantil. A obra, dividida em duas partes, apresenta pesquisas com crianças realizadas em creches, pré-escolas e brinquedotecas, bem como traz abordagens sobre desigualdades sociais, racismo, divisão sexual e racial do trabalho, formação de professoras/es, entre outros assuntos que levam à reflexão sobre os feminismos, as masculinidades e a construção da docência na Educação Infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação das crianças pequenas. Feminismos na educação infantil. Pedagogia feminista. Pedagogias descolonizadoras.

ABSTRACT

The book organized by Adriana Alves Silva, Ana Lúcia Goulart de Faria and Daniela Finco, brings together research that gives visibility to the feminist struggle and the decolonization process in the first stage of basic education, making interlocution of Gender and Feminism Studies intersected with the issues of Early Childhood Education. The work, divided into two parts, presents research with children carried out in public ECEC (Early Childhood Education and Care), preschools and playrooms, as well as approaches on social inequalities, racism, sexual and racial division of labor, teacher education, among other issues that lead to reflection on feminisms, masculinities and the construction of teaching in Early Childhood Education.

KEYWORDS

Young children education. Feminisms in early childhood education. Feminist pedagogy. Decolonizing pedagogies.

RESENHA

A partir do compromisso de construir um espaço para discutir os Estudos de Gênero e Feministas interseccionados com as questões da Educação Infantil, desde o 8º Fazendo Gênero realizado na UFSC em 2010, as organizadoras Adriana Alves Silva, Ana Lúcia Goulart de Faria e Daniela Finco (2019), reúnem neste livro pesquisas que dão visibilidade à luta feminista e ao processo de descolonização na primeira etapa da educação básica, assim como pesquisas que foram discutidas no Simpósio Temático 34 intitulado *Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas em creches e pré-escolas: deslocamentos, transformações e conexões emancipatórias para pedagogias descolonizadoras*, realizado na UFSC em 2017 no 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero. Para as organizadoras, esse momento de ataques e retrocessos, no que diz respeito aos direitos humanos, revela a necessidade da discussão feminista, por isso o livro recebe esse título de alerta, com o objetivo de refletir sobre as infâncias, as relações de gênero, étnico raciais, de classe e relações etárias, colocando a Educação Infantil como um local privilegiado de afirmar as diferenças, e portanto, de suprimir as desigualdades.

A obra é dividida em duas partes. A parte I traz pesquisas com crianças, realizadas em diversos espaços para além das creches e pré-escolas. A parte II aborda sobre desigualdades sociais, feminismos, racismo, divisão sexual do trabalho, formação

de professoras/es, entre outros temas que colocam para reflexão os feminismos, as masculinidades e a construção da docência na Educação Infantil.

Claudia Vianna (2019), no *Prefácio* do livro, relembra a importância do debate sobre as relações de gênero, fazendo uma retomada do conceito como categoria de análise essencial para compreender as desigualdades e que perpassa os processos de construção das relações sociais, assim, enaltece a sagacidade do livro que já em seu título coloca um alerta para essas questões. Além disso, o debate de gênero se torna essencial quando estamos tratando de uma profissão majoritariamente composta por mulheres, como aponta a autora, pois só a partir da década de 1990 houve uma maior preocupação com a formação das educadoras, sendo que a ideia de que as mulheres possuem um dom inato contribui com a desvalorização da área. Esse início de conversa já demonstra a potência do livro em agregar assuntos importantes para a Educação Infantil, não só sobre a emancipação das mulheres, mas frisando a luta construída coletivamente entre as feministas e o movimento LGBT por direitos sociais essenciais.

Não à toa o título do livro ganha a frase de uma criança pronunciada durante uma pesquisa apresentada no primeiro capítulo intitulado *"Cada um brinca com o que quiser! Isso aí é rachismo!"*: *infâncias, gêneros e sexualidades em debate na Educação Infantil*, que traz a discussão das relações de gênero no ambiente da brinquedoteca de uma instituição de Educação Infantil em Rondonópolis (MT). Sandra Celso de Camargo e Raquel Gonçalves Salgado (2019) apresentam como as desigualdades entre meninos e meninas são impostas a partir dos discursos das professoras e crianças, colocando a infância como momentos de prevenção e correção de comportamentos que destoam da norma, e de controle e normatização desses corpos infantis. Ao longo do texto é possível compreender a existência de um conjunto de normas e práticas que constroem o que é considerado legítimo e normal, ou inteligível e considerado uma abjeção dentro das relações sociais. Nesta perspectiva da Educação Infantil, as meninas e meninos são educadas e educados dentro desses "regimes de inteligibilidade das normas" (CAMARGO E SALGADO, 2019, p. 27), do que é feminino e do que é masculino. Todavia, ao mesmo tempo em que a figura de uma criança ideal é construída, também surgem as transgressões e resistências, forças das crianças que resistem aos padrões sociais fixados desde antes de seu nascimento e que é, muitas vezes, perpetuado nesses espaços para as crianças pequenas. É dentro dessas práticas de resistência que se ergue a voz de uma criança denunciando o "rachismo" presente na brinquedoteca, se colocando contra a divisão dos brinquedos entre os meninos e as meninas,

demonstrando a potencialidade no discurso das crianças em quebrar com essas categorias fixas, possibilitando assim uma educação problematizadora.

Trazendo um aprofundamento da discussão do patriarcado e da divisão sexual do trabalho, no segundo capítulo, Ana Paula Pereira Gomes Gibim (2019) traz dados de sua pesquisa de mestrado intitulada *Famílias, relações intergeracionais e de gênero: práticas compartilhadas no cuidado e educação de crianças pequenas*, refletindo sobre a representação das mulheres sob a ótica das crianças. Como professora pesquisadora de crianças pequenas, unindo os Estudos Feministas e os Estudos da Infância, traz a importância de visibilizar as experiências das crianças e das mulheres que tendem a ser marginalizadas e silenciadas nessa sociedade patriarcal. Neste sentido, a fim de incluir as vozes infantis, a pesquisa apresenta o desafio de colocar as crianças como sujeitos de investigação e não apenas objetos de pesquisa, sendo a partir de uma etnografia, realizando dinâmicas com livros de literatura infantil, rodas de conversa e utilizando o desenho como fonte histórica, aponta que as crianças revelam certa reprodução dos papéis sociais, mas também transformações e desnaturalização das relações sociais. A imagem da mulher associada ao âmbito doméstico, está presente nos desenhos e nos diálogos com as crianças, porém, existem também denúncias sobre as relações desiguais estabelecidas dentro de casa, com isso, as crianças ao questionarem e problematizarem suas experiências, reelaboram as relações vivenciadas trazendo novas reflexões e demonstrando novas possibilidades.

As crianças nas pesquisas como sujeitos potentes de transformação dos papéis sociais, também estão presentes na pesquisa de mestrado de Laura Tereza de Sá e Benevides Inoue (2019), intitulada *Corporalidades de meninas e meninos na educação infantil: normatividade e (re)significações de gênero*. Com o objetivo de compreender a construção das corporalidades de crianças de 5 anos de idade em uma EMEI (SP), realizam um estudo etnográfico buscando identificar as normatividades de gênero entre os meninos e as meninas. Para isso, a pesquisadora apresenta o longo processo histórico, pautado em determinismos biológicos, em que foi construído o entendimento social do que é ser homem e mulher, levando em conta o contexto da época e da cultura, demonstrando o quanto as desigualdades de gênero são sistêmicas, segundo uma lógica capitalista, desvalorizando os papéis atribuídos às mulheres em oposição ao que é atribuído aos homens, sendo o feminino vinculado ao trabalho reprodutivo e dos cuidados, e o masculino ao trabalho produtivo, do espaço público e político. Essa divisão binária é a base da desigualdade de gênero nessa estrutura patriarcal e capitalista, que acaba por naturalizar e biologizar as características atribuídas às mulheres e aos

homens. O movimento feminista contribui para desconstrução dessas desigualdades, principalmente ao questionar a subordinação da mulher em relação ao homem, demonstrando que essa relação tem como base as construções sociais e culturais, e não estão relacionadas ao biológico. Neste sentido, as crianças vivenciam essas violentas relações de constituição dos gêneros de forma dicotômica e desigual, impactando diretamente na Educação Infantil, na construção das corporalidades, e nas vivências coletivas e brincadeiras que constituem as culturas infantis. Os registros da etnografia realizada pela pesquisadora, revelam o quanto o adultocentrismo interfere na corporalidade das crianças, além de formarem filas de meninas e de meninos, nos espaços internos existia mais reprodução do binarismo de gênero ao mesmo tempo que existia um maior controle das/os adultas/os e uma prática escolar mais presente. Em contrapartida, nos espaços externos havia mais liberdade e a possibilidade de brincar com brinquedos considerados neutros, como os brinquedos fixos, trepa-trepa, gangorra, balanço, entre outros. Além de perceber que as brincadeiras das meninas era mais contida, enquanto as dos meninos desafiavam mais os limites dos espaços, a pesquisadora constatou que também houve brincadeiras sendo reinventadas, a partir das culturas infantis houve uma desconstrução da dicotomia de gênero entre as crianças, criando "o seu próprio e inventivo repertório" (INOUE, 2019, p. 79).

O livro apresenta mais uma pesquisa de mestrado realizada em uma brinquedoteca. Dessa vez Kátia Batista Martins e Cláudia Maria Ribeiro (2019) investigam os processos educativos focados nas relações de gênero e sexualidades no sul de Minas Gerais, compondo o capítulo 4 com o título: "*As mulheres não pediram por igualdade? Agora têm que aguentar!*": as relações de gênero nos labirintos dos processos educativos. Ao se atentar aos discursos e práticas das crianças e das educadoras, percebem como os conceitos de gênero e de sexualidade estão presentes no cotidiano da brinquedoteca. Para as pesquisadoras, as educadoras carregam uma fragilidade e confusão entre gênero e sexualidade, o que justifica algumas práticas sexistas presenciadas ali. Segundo um questionário respondido pelas adultas, foi possível perceber a falta de formação inicial e continuada sobre a temática e certo receio do retorno das famílias, ainda assim, demonstram que existe curiosidade por parte das crianças sobre este tema. A partir da observação na brinquedoteca, apontam que as crianças pequenas brincam mais coletivamente do que as maiores, por exemplo ao observarem que a maioria dos meninos pequenos brincavam de coisas consideradas de menina, enquanto as crianças maiores não demonstravam tanto essas transgressões, inclusive disputando brinquedos e justificando que é de menina ou de menino. A

pesquisa destaca a importância de trazer esses assuntos nos currículos da Educação Infantil, assim como discursos que podem contribuir na desconstrução de práticas sexistas entre as crianças, novamente colocando a importância da formação, para assim, de maneira processual, construir um preparo “teórico, técnico e político” (MARTINS E RIBEIRO, 2019, p. 101), visando superar práticas e concepções engessadas.

A dissertação de Nathalia Chacão Gabriel (2019) apresentada no quinto capítulo *Literatura infantil antissexista e ressignificações de gênero pelas crianças na educação infantil*, também trabalha com o conceito de gênero para compreender as relações de poder e como é construído o significado do masculino e do feminino a partir da ótica das crianças de uma instituição de Educação Infantil em Guarulhos (SP). A fim de problematizar as relações de gênero, é utilizada a literatura infantil com contos clássicos como Cinderela e Branca de Neve, e livros que apresentam versões transgressoras dessas histórias. Os livros acabam reforçando a lógica binária e assim constroem os estereótipos de gênero, possuindo então um papel não só pedagógico, mas também moralizante, pois possibilita a transmissão de valores e comportamentos padronizadores de gênero. Para a pesquisadora, a literatura infantil não é neutra e acaba internalizando desde cedo um padrão de beleza principalmente nas meninas, e comportamentos como ser forte e não demonstrar fraqueza nos meninos, questões que foram materializadas no desenho das crianças. Contudo, também foi possível encontrar visões transgressoras com representações de mulheres livres e insubmissas e posturas indignadas diante de personagens que não dividiam as tarefas domésticas. A pesquisa que utiliza a literatura infantil como ferramenta para discutir sobre os papéis sociais com as crianças, revela posturas críticas e subversivas e possibilidades de reinventar os finais das histórias, destacando a importância de histórias que possam apresentar mais diversidade e superar os modelos antigos.

Para fechar a primeira parte do livro, Daniela Finco e Renata Almeida Vieira (2019) trazem um debate sobre os processos de educação e socialização de meninos na infância, entendendo a Educação Infantil como uma oportunidade para o contato com as diferenças. A pesquisa de mestrado realizada em uma creche de São Paulo, sob o ponto de vista de uma professora-pesquisadora, aponta que esse espaço de diversidade, também é um espaço de reprodução e perpetuação de estereótipos de gênero, que baseados num determinismo biológico fazem distinções entre os meninos e as meninas, alegando por exemplo que as meninas são mais tranquilas, tal como a fala de uma professora que leva o título do capítulo: “*Sinto falta de uma menina para*

acalmar esses garotos”: a importância de refletir sobre as questões de gênero na educação infantil. A partir dos brinquedos, das filas e dos banheiros, a professora-pesquisadora afirma a existência de um “código” que alimenta as diferenças. Os brinquedos, considerados como elementos que representam a cultura, são reflexo desse código que carregado de marcas de gênero reforçam as expectativas de comportamentos direcionadas para a feminilização e a masculinização dos corpos. As filas separadas demonstram essa ideia da menina mais organizada e obediente, muitas vezes colocada nesse papel de exemplo, aumentando a segregação entre as crianças. E, por fim, a divisão binária dos banheiros, que além de afirmar uma visão heteronormativa da impossibilidade de uma sexualidade que deseja os sujeitos do mesmo sexo, sustenta a ideia de que os meninos são menos higiênicos, portanto para as meninas se reserva um lugar mais limpo já que elas possuem mais cuidado e higiene. Essa segregação também impede que as curiosidades sobre os corpos possam surgir entre as crianças, fazendo com que as professoras não tenham que lidar com esses assuntos. A partir dessas observações as autoras levantam o desafio de pensar um projeto coletivo de resistência, para agregar um olhar feminista para os direitos das crianças, para a construção de uma Pedagogia Feminista, uma busca por Pedagogias Descolonizadoras, e por uma Educação Infantil que possua espaços e práticas transformadoras e emancipatórias.

A segunda parte do livro começa com as *Memórias de uma menina negra: o que podemos aprender sobre relações étnico-raciais?* de Yvone Costa de Souza (2019), que a partir das suas vivências traz a discussão das relações étnico-raciais e sua interlocução com a formação docente na Educação Infantil, focalizando nas questões de racismo e preconceito. Para a autora, apesar de alguns avanços e conquistas graças aos movimentos sociais organizados no que diz respeito a educação das crianças pequenas, ainda vivemos sob uma perspectiva embranquecida, segregadora e machista, que não valoriza a cultura popular.

A partir da reflexão dos processos sócio-históricos-culturais é possível ter um maior entendimento sobre o contexto em que vivemos, ao observar artefatos culturais como brinquedos, materiais didático-pedagógicos, brincadeiras, literatura, contos, entre outros, é possível identificar como a branquitude segue associada à bondade, enquanto a negritude à maldade. O racismo presente nesses artefatos culturais, revelam a extrema importância que as/os docentes da Educação Infantil assumam o compromisso de não realizar práticas racistas, entendendo suas responsabilidades com a autoestima das crianças, construindo uma prática pedagógica para o respeito e

conscientização sobre as diferenças. Para isso, a autora destaca a importância de mais estudos e pesquisas sobre essa temática, uma formação docente qualificada e a necessidade de que as crianças sejam ouvidas.

Fruto de sua dissertação de mestrado, o texto de Peterson Rigatto Silva (2019) traz para o debate a questão do professor homem na Educação Infantil sob o título: *As fissuras: masculinidades e feminilidades na construção da docência na educação infantil*. De início apresenta o quanto a profissão docente das crianças pequenas nasce feminina, justificada por aspectos biológicos e sociais do sexo feminino como se possuísse um instinto materno inato, a presença dos homens então quebra essa lógica da profissão ser exclusivamente feminina e ainda carrega essas concepções enraizadas, gerando estranhamento e atenção redobrada a esses profissionais. O autor destaca a importância dos Estudos de Gênero articulado aos estudos feministas e a Sociologia da Infância para romper com essas concepções binárias e superar as desigualdades entre gêneros. Além disso, a partir de diversas pesquisas, é possível identificar uma masculinidade mais aceita, como na figura do zelador, vigia e gestor, mas nunca como a figura do professor; uma masculinidade pautada na heteronormatividade, que (re)produz o estereótipo masculino; e as marcas do sexismo e racismo que se interseccionam ao falar das experiências do docente negro. Com isso, o homem que atua nesse espaço de educação e cuidado preferencialmente feminino, é geralmente visto como abusador ou dotado de desvios sexuais, suspeitas construídas historicamente com a influência da mídia e validada pelo medo que vem das famílias. Se faz necessário buscar formas de enfrentamento e resistência, indo na contramão dessa construção de papéis sociais atribuídos binariamente ao sexo masculino e ao sexo feminino, que acaba legitimando essas formas de exclusão. Por fim, o pesquisador destaca que a conjuntura política atrelada a discursos conservadores, continuamente atinge políticas que visam a igualdade de gênero, destacando mais uma vez a urgência de práticas resistentes na Educação Infantil.

Partindo da análise de inquéritos policiais o capítulo 9, intitulado *Violência sexual contra meninas: infâncias diante do desamparo em uma sociedade heteropatriarcal*, de Ana Letícia Bonfanti e Aguinaldo Rodrigues Gomes (2019), escancara como as hierarquias de gênero produzem a violência sexual contra as meninas. Entendendo que o corpo não é meramente algo que carrega significados sociais, apontam que a constituição desse corpo perpassa por diversos discursos de poder que atestam se este é legítimo ou não. Para a autora e o autor, ao olhar para a produção generificada dos corpos, é possível compreender que existem sujeitos legitimados como humanos,

enquanto outros são considerados abjetos, ou seja, essa hierarquia de corpos estabelece quais sujeitos importam e quais são subalternizados. É a partir dessas relações de poder que o estupro aparece, no qual a violência de gênero atrelada ao patriarcado, atinge principalmente as mulheres e meninas (crianças e adolescentes) colocadas nesse lugar de subalternidade, sendo que as meninas são duplamente vulneráveis, tanto por serem do sexo feminino, quanto por serem crianças então oprimidas pelo adultocentrismo. A sociedade dentro de uma lógica contraditória, ao mesmo tempo que afirma uma infância inocente, erotiza o corpo das meninas desde cedo, a partir dos depoimentos apresentados é possível perceber o quanto as ameaças são estratégias para manutenção da submissão dessas meninas, pelo medo de serem punidas e ameaçadas de agressão a elas ou a pessoas próximas que acabam por transferir a responsabilização dos atos; medo de serem abandonadas, o que para as crianças acaba sendo algo muito mais devastador já que é através da exploração do amor que a ameaça se insere; ameaças que revelam estereótipos de gênero, como o medo da mãe ser abandonada, afirmando a dominação masculina a partir da heteronormatividade em que para a mãe ser feliz só resta ser a esposa do homem; ameaças que perpassam aspectos econômicos, já que o homem adulto também é o provedor; ameaças que levam a uma violência também psicológica, já que são misturadas com pedidos de desculpas e com base na manutenção familiar. Dentro desses sistemas de poder em que à própria vítima não é permitido o luto, resta a culpa e a responsabilidade pela violência. Ao serem colocadas nesse lugar de objeto, de corpo abjeto, de não humano, de Outro, seus corpos são calados e servem a lógica estrutural do capitalismo patriarcal, no qual é possível perceber o limite da proteção à essas mulheres e meninas, já que as instituições e familiares que deveriam cumprir esse papel, são os que violentam e silenciam; compreendendo assim que essa proteção não é direcionada à todas as pessoas, levando em conta a precariedade no qual existem sujeitos em situações mais vulneráveis. Sendo assim, para a autora e o autor, a situação dessas meninas e mulheres é produzida pela própria sociedade e perpetuada pela educação que reproduz as desigualdades.

Também dentro de um debate polêmico, o texto de Rafaela Cyrino (2019) traz em seu título a pergunta que pretende responder ao longo do capítulo 10: *Feminismo radical: transfóbico?* Propondo refletir sobre a associação do feminismo radical à transfobia, em que denomina as feministas radicais trans-excludentes por TERF's. Para responder a essa questão central, a autora retoma os principais nomes que dão origem ao feminismo radical no início dos anos de 1970, tratando de seus aspectos fundantes

na busca de localizar a raiz (origem) da opressão das mulheres, que a partir de uma revolução tem o objetivo de destruir totalmente as bases que sustentam esse sistema de opressão. O feminismo radical, segundo a autora, apresenta perspectivas distintas da visão reformista e identitária que caracterizam outros feminismos, outrossim, dentro do próprio movimento existem divergências, demonstrando que não há uma visão unânime referente ao lócus de opressão (família biológica, sistema de parentesco, ideologia patriarcal, entre outros), bem como focos distintos de análise (dimensão cultural, biológica, material, entre outras), contudo todas buscam localizar as raízes da opressão das mulheres e entendem que remete a um sistema próprio diferente do capitalismo, designado pela maioria das autoras de patriarcado. As feministas radicais do início dos anos de 1970 criticam veementemente a distinção sexual, elemento que fundamenta o sistema de opressão das mulheres, sendo assim, mais do que desnaturalizar esses aspectos, a crítica de gênero vai no sentido de compreender como o sistema se estrutura para destruí-lo totalmente, visando uma revolução feminista, uma revolução sexual. Uma parte das autoras incluem as crianças dentro do seu processo revolucionário junto às mulheres, seja por acometer sobre os processos de socialização de gênero, que liberaria ambas de uma ideologia patriarcal, ou pelo fato de que o poder dos maridos seria retirado. Para responder à questão inicial do artigo, a autora coloca que as principais referências do feminismo radical do início dos anos 70 não trazem questões transfóbicas em seus textos. A tensão com a identidade trans, trazida por algumas autoras mais atuais, é colocada como uma visão reducionista das questões levantadas no início dos anos 70. Por conta da crítica de gênero, contraditoriamente e a partir de abordagens essencialistas, a identidade trans é vista como um reforço da dicotomia sexual, além de serem consideradas produtos da sociedade patriarcal. Essa visão vai na contração da revolução feminista radical levantada no início dos anos 70, que propõe uma libertação das sexualidades aprisionadas e uma eliminação da distinção sexual.

Seguidamente, no capítulo 11, dando continuidade a esse tom de militância, Patricia Vieira Tropa (2019) traz a discussão sobre as *Formas desiguais de engajamento de mulheres militantes*, no qual a partir de alguns congressos sindicais procura compreender as condições dessas militantes mulheres. Apesar de existir vasto material sobre as condições de trabalho, bem como pesquisas sobre partidos e sindicatos, pouco se fala sobre o engajamento dos (as) próprios (as) militantes, ou seja, a militância é invisibilizada e não é vista como um trabalho. Ao explicar sobre algumas leis que regem a organização sindical, explicita que o número de representatividade é irrisório e

desproporcional levando em conta a extensão da base representada, além disso, no que tange a seguridade de direitos, só é aplicada aos (as) militantes eleitos (as). A autora explica que a militância representa um trabalho de diversas frentes, e aponta como a Reforma Trabalhista de 2017 impactou nas organizações sindicais, entre as mais diversas dificuldades enfrentadas apresenta diversos dados que demonstram o quanto as mulheres são as mais afetadas, inclusive sendo minoria nas diretorias das entidades. Essas dificuldades enfrentadas pelas mulheres demonstram que as organizações lutam pela emancipação focando na burguesia, deixando de lado a pauta das mulheres e a luta contra o patriarcado. Essa disparidade no engajamento é denunciada pela autora, mostrando que as desigualdades de acesso e condições persistem nesse contexto das mulheres militantes nos sindicatos.

O capítulo 12, de autoria de Amelinha Teles (2019) chega para fechar os capítulos desta obra, conforme o tom do livro, denuncia a sobrecarga de trabalho das mulheres que são destinadas aos afazeres domésticos e cuidados com as crianças como se fosse uma responsabilidade de sua natureza. O movimento feminista reivindica a maternidade enquanto uma escolha, com condições e apoio, vista pela autora como uma função social e política. Desde os anos de 1970, as feministas procuravam se engajar a partir de uma perspectiva descolonizadora, denunciando o quanto é injusta a divisão sexual do trabalho, almejando uma ampla organização para o acolhimento e educação das crianças pequenas, do mesmo modo, uma infraestrutura mínima para as mães que acabam ficando sobrecarregadas com as tarefas domésticas, ou seja, com garantia de creche, alimentação, lavanderia popular, etc. Além disso, a autora aponta a importância dos feminismos¹ interseccionais ao analisarem conjuntamente o modo como as questões de raça/etnia, classe social e gênero, afetam as vidas das mulheres, estas que não são iguais, possuem diferenças e desigualdades de caráter social e econômico diante da sociedade que é estruturalmente racista, sexista e elitista, apontando o quanto a divisão racial do trabalho também possui um impacto negativo na vida das mulheres negras e indígenas. A partir de estudos e pesquisas que trazem uma ruptura epistemológica, a questão do trabalho tem se ampliado, demonstrando que as desigualdades foram naturalizadas a partir do momento em que o homem é associado com a produção e com o espaço público, enquanto a mulher é associada a reprodução e ao espaço privado, impactando assim em diversas instâncias da sociedade. Para Teles (2019), a creche de qualidade e em período integral, como um

¹ Para a autora, o movimento feminista abrange as aspirações das mulheres ao redor do mundo, ou seja, mulheres e suas pluralidades, logo, utiliza oS feminismoS abarcando o plural.

direito da criança à educação, cuidados e assistência, configura-se como uma pauta importante do movimento feminista para garantir que as mulheres pobres possam realizar seu trabalho, ampliando também para os direitos do pai e da mãe, com a licença paternidade e ampliação da licença maternidade. Para finalizar, novos desafios foram lançados, desde maior cobertura de creches, até transporte público de qualidade.

O livro traz a articulação da educação das crianças pequenas com os Estudos de gênero e as Teorias Feministas, na primeira parte, ao apresentar pesquisas que focalizam as questões de gênero, demonstra o quanto a binariedade ainda é reproduzida e perpetuada nas creches e pré-escolas, brinquedotecas e outros espaços que as crianças pequenas frequentam. Contudo, também traz a Educação Infantil como oportunidade do contato com a diversidade, com seu potencial transformador da sociedade, sendo uma ferramenta fundamental na desconstrução dos estereótipos que afirmam as desigualdades. Para isso, o compromisso político e pedagógico das pessoas adultas é fundamental, tanto em relação a construção de práticas feministas e descolonizadoras, quanto com a responsabilidade com a pauta de reivindicação aos direitos das crianças e resistência aos ataques direcionados principalmente às esferas públicas. Na segunda parte a obra vai além das relações de gênero e abarca outras questões trazendo a importância da perspectiva interseccional ao considerar raça, classe social e idade como marcadores fundamentais para discutir as infâncias das crianças pequenas.

A parte I e II diferem nesse sentido, enquanto a primeira engloba as questões de gênero, a segunda envolve outros temas, ou seja, o livro como um alerta feminista, abarca diversas questões que envolvem as crianças pequenas, porém ainda assim, verifica-se que muitos alertas ainda precisam ser feitos, como as outras tantas formas de opressão que ocorrem com as crianças pequenas, transfobia, gordofobia, heteronormatividade compulsória, lgbtfobia, entre outras pautas ainda pouco visibilizadas nas pesquisas com crianças e até mesmo ainda pouco presentes nos debates da Educação Infantil.

O livro em si como um alerta, não deixa de levantar bandeiras importantes para a primeira infância, trazendo assuntos atuais e pertinentes ao contexto político em que estamos vivendo. A relação dos Estudos de gênero e das Teorias Feministas demonstra as potencialidades desses discursos em prol de uma educação feminista e descolonizadora para crianças pequenas, contribuindo assim para construção de uma visão de mundo mais igualitária.

Além da potência do título do livro, poderia ter sido abordado dentro dos textos a discussão das imagens e as representações da capa feita por Andersen Bianchi. O rosa e azul não passam despercebidos, representam exatamente o “rachismo” denunciado pela menina, inclusive ela é representada de cabelo comprido preso, vestido e numa postura em pé e parada como se estivesse com as mãos para trás de seu corpo, em uma pose que carrega de certa forma uma noção de passividade. No entanto, essa representação vai de encontro às questões levantadas no livro e compõem uma sátira na própria capa, demonstrando a atitude transgressora da menina em se pronunciar diante da dicotomia desse mundo rachado, já instigando as/os leitoras/es sobre o alerta colocado.

Além da capa questionadora e satírica e do título empoderado de uma criança, os assuntos tratados compõem uma leitura fundamental para todas as pessoas em contato com as crianças pequenas, desde profissionais da Educação Infantil, como as famílias e comunidade em geral. A fim de democratizar o acesso ao conhecimento aqui levantado e debatido de forma categórica, o livro foi disponibilizado online pela Biblioteca Prof. Joel Martins da Faculdade de Educação da UNICAMP, demonstrando o compromisso das organizadoras com uma educação de qualidade e acessível à todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Sandra Celso de; SALGADO, Raquel Gonçalves. “Cada um brinca com o que quiser! Isso aí é rachismo!”: infâncias, gêneros e sexualidades em debate na Educação Infantil. In: SILVA, Adriana Alves; FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (Orgs.). **“Isso aí é rachismo!”** Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas: transformações emancipatórias para pedagogias descolonizadoras. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 25-42, 2019.

INOUE, Laura Tereza de Sá e Benevides. Corporalidades de meninas e meninos na Educação Infantil: normatividade e (re)significações de gênero. In: SILVA, Adriana Alves; FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (Orgs.). **“Isso aí é rachismo!”** Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas: transformações emancipatórias para pedagogias descolonizadoras. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 61-83, 2019.

MARTINS, Katia Batista; RIBEIRO, Claudia Maria. “As mulheres não pediram por igualdade? Agora têm que aguentar!”: as relações de gênero nos labirintos dos processos educativos. In: SILVA, Adriana Alves; FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (Orgs.). **“Isso aí é rachismo!”** Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas: transformações emancipatórias para pedagogias descolonizadoras. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 85-104, 2019.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

UM ALERTA FEMINISTA PARA A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS PEQUENAS: CONTRA OS "RACHISMOS" NA INFÂNCIA

A feminist alert for the young children education: against "rachismo" in childhood

Vivian Colella Esteves

Mestranda em Educação

Faculdade de Educação

Universidade Estadual de Campinas,

Campinas, Brasil

viviancolella92@gmail.com



<https://orcid.org/0000-0002-2199-2227>

Endereço de correspondência do principal autor

Endereço Profissional: Faculdade de Educação, Unicamp, Av. Bertrand Russel, 801, 13083-865, Campinas, SP, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Não tem.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: V.C. Esteves

Coleta de dados: V.C. Esteves

Análise de dados: V.C. Esteves

Discussão dos resultados: V.C. Esteves

Revisão e aprovação: V.C. Esteves

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Mestrado em Educação conta com Bolsa CAPES - Programa de Demanda Social (DS). Número do Processo: 88882.434783/2019-01.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da

universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista
Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista
Recebido em: 27-11-2020 – Aprovado em: 01-12-2020